

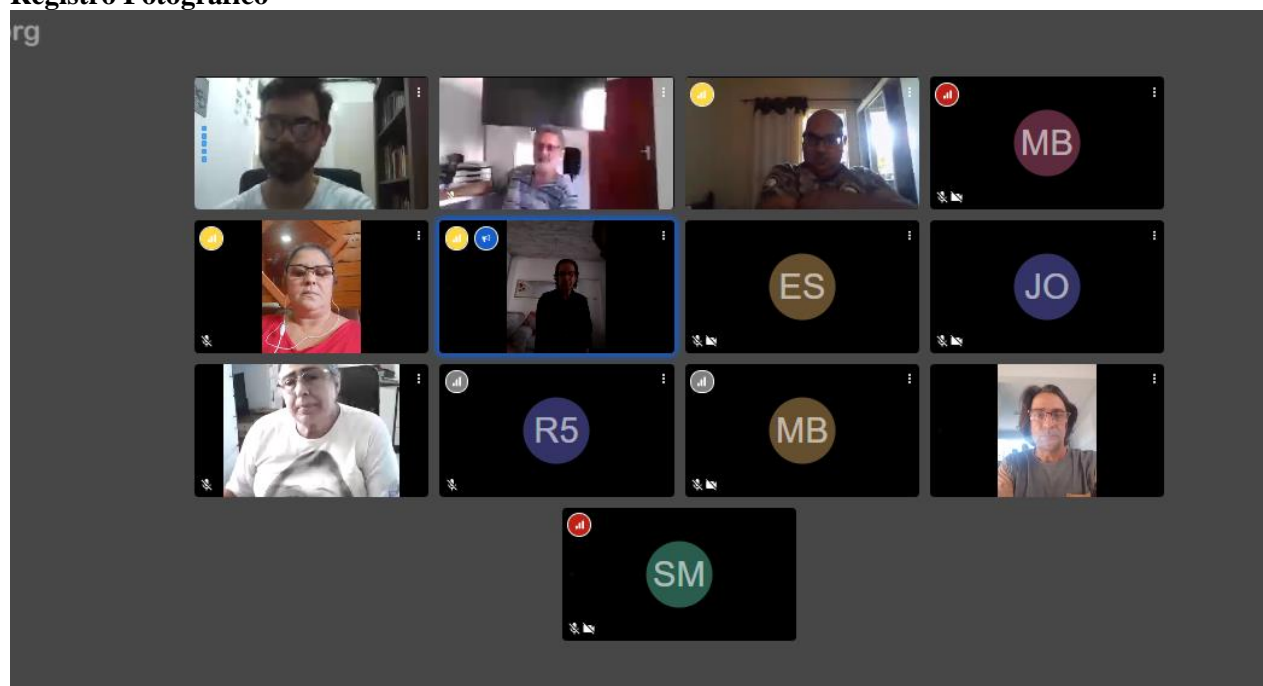
SINOPSE DE REUNIÃO

“Reunião da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura”	
Documento convocatório: Ofício CBHLSJ n.º 221/2020 de 02 de outubro de 2020	
Data: 13/10/2020 Hora: 15h	Local: Videoconferência (plataforma <i>JitsiMeet</i>)
Presentes: Membros: Francisco Guimarães (APAAPP); Mariana Botelho (FIPERJ); Roberta Cruz (Observação-CF); Roberto Viana (Observação-CF); Paulo Arruda (P.M.I.G); Sulamita Rangel (Observação-CF); Jorge Mello (ALA). Convidados: Irene Mello (ALA); Elisabete (INEA); Luiz Carlos Teixeira (P.M.C.F); Juliana Barbosa (Observação-Araruama); Ihago Alves (Observação-Araruama); Luiz Henrique dos Santos (Convidado); Luís Fernando Faulstich (CILSJ); Samara Miranda (CILSJ).	
Pauta: 1. Aprovação da minuta de Sinopse de Reunião (05/06/2020); 2. Transporte Aquaviário na Laguna de Araruama (<i>ferry boat</i>); 3. Resposta do MAPA em relação ao período de defeso; 4. Assuntos gerais.	
Resumo: O Sr. Francisco Guimarães, coordenador da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura, iniciou a reunião, agradecendo a presença de todos. Em seguida, abordou-se o primeiro item de pauta, sobre a aprovação da minuta de reunião do dia 05/06/2020. Destacou-se a consideração da Sra. Mariana Botelho, da FIPERJ, feita via <i>e-mail</i> . O Sr. Francisco Guimarães questionou aos demais membros presentes se havia mais considerações a serem feitas. Não havendo manifestações, a minuta de sinopse de reunião foi aprovada. Prosseguiu-se para o segundo item de pauta, sobre o transporte aquaviário na Laguna de Araruama (<i>Ferry boat</i>). O Sr. Luís Fernando Faulstich informou que foi enviado um ofício à Prefeitura Municipal de Araruama, solicitando os documentos de licenciamento do <i>ferry boat</i> e convidando-os para participar desta reunião, para dar esclarecimentos. Entretanto, os mesmos responderam que não conseguiriam participar, devido conflito de horário com outros compromissos profissionais. Sendo assim, o Sr. Francisco Guimarães sugeriu que fosse solicitada, junto ao Ministério Público Federal, uma audiência pública. O Sr. Ihago Alves, da Observação de Araruama, questionou se o representante do INEA, que estava presente, teria algum posicionamento, no que tange as licenças. Pois, a embarcação já estava operando, causando impactos ao meio ambiente e aos pescadores. O Sr. Francisco Guimarães descreveu que a obra era composta de um porto, de embarque e desembarque, com uma travessia, para o outro lado da laguna, e uma sinalização, pelo meio dela, e que, possivelmente, estava cadastrada na Capitania dos Portos. No entanto, não foi apresentado nenhum estudo de impacto socioambiental e cultural, do empreendimento. A Sra. Juliana Barbosa, da Observação de Araruama, frisou que os pescadores da região não foram consultados por nenhum órgão público. Acrescentou que não conseguiu acessar nenhum tipo de documentação de licenciamento, e pediu transparência, por parte do INEA e da Prefeitura Municipal de Araruama.	

O Sr. Luiz Teixeira, da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, corroborou com a fala da Sra. Juliana Barbosa. O Sr. Luís Fernando Faulstich explicou (conforme o Ofício encaminhado pela SEMAG nº 32/2020) que o empreendimento foi considerado de baixo impacto, pelo INEA, não havendo a necessidade de um EIA/RIMA, pelo fato do mesmo estar, somente, no âmbito do município de Araruama. Contudo, não soube dizer se havia obrigatoriedade de consulta à comunidade pesqueira. O Sr. Francisco Guimarães reforçou que deveria ter uma audiência pública antes da implantação, levando em conta os usos múltiplos da laguna. E reafirmou que fosse solicitado, junto ao Ministério Público Federal, informações sobre o empreendimento. O Sr. Ihago Alves expressou que para o empreendimento ser considerado de baixo impacto deveria ter sido feito um estudo mínimo, para chegar a essa conclusão. Entretanto, mesmo que confirmado tal fato, minimamente, os pescadores deveriam ter sido consultados. Completou que havia rumores que seria implantada uma nova rota, de Araruama para Iguabinha, aumentando a proporção dos impactos. E não havia uma transparência por parte do INEA e da Prefeitura, do município. A Sra. Elisabete, do INEA, expos que recentemente assumiu a representação do INEA, frente ao CBHLSJ, e, por isso, não tinha subsídios para detalhar essas informações. E prontificou-se levar o tema para ser discutido junto ao SUPLAJ. Diante disso, ficou deliberado, pelos membros presentes, aguardar o retorno do INEA, e oficializar, através de requerimento da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura, junto ao Ministério Público Federal, o pedido de esclarecimentos à Prefeitura Municipal de Araruama. Dando prosseguimento, passou-se para o terceiro item do ponto de pauta, sobre a resposta do MAPA, em relação ao período de defeso. Segundo o Sr. Francisco Guimarães informou que faltou detalhar, na minuta de resolução sobre a pesca na Laguna de Araruama a data da solicitação. Expos que um dos pleitos, apresentados na reunião com o Secretário Nacional, era a solicitação de separação do defeso (peixe-camarão). Visto isso, sugeriu fazer uma oficina presencial para trabalhar em uma resposta produto das indagações do MAPA. Acrescentou que foi encaminhado o estudo inicial, que mostrava o ciclo do camarão na costa e nas lagoas costeiras, como resposta para o questionamento do MAPA, sobre o período do defeso do camarão. E caso alguém tivesse interesse, poderia solicitar tal documento ao CILSJ. Elucidou que neste documento foi colocado dois períodos de defeso diferentes, tendo em vista as tratativas que foram encontradas nas bibliografias pretéritas. Propôs que fosse feito um levantamento de estudos recentes, sobre o camarão, para subsidiar a formulação de um documento mais consistente, que corroboraria tal solicitação. A Sra. Mariana Botelho solicitou que fosse enviado o ofício de resposta do MAPA, para todos os membros. O Sr. Luís Fernando Faulstich dispôs-se fazer o envio do mesmo. A Sra. Mariana Botelho lembrou que ficou decidido, em reuniões pretéritas, que permaneceria o defeso do peixe, e seria extinto o defeso do camarão. E questionou se seria marcada uma audiência pública com os órgãos responsáveis, conforme dito anteriormente. O Sr. Francisco Guimarães externou que a audiência pública seria marcada depois que as demandas solicitadas, pelos mesmos, fossem atendidas. A Sra. Mariana Botelho citou sobre os estudos recentes feitos pela UFF, liderado pelo Professor Cassiano. O Sr. Francisco Guimarães colocou que entraria em contato com o mesmo para solicitar esses estudos. Sem mais colocações a serem feitas, avançou para “Assuntos Gerais”. O Sr. Francisco Guimarães abordou sobre a estatística pesqueira, na qual foi informado, pelo Presidente da FIPERJ, da possibilidade de aplicá-la na lagoa de Araruama; e sobre o andamento do processo de licenciamento dos “guaiamumzeiros”, do Rio São João. Em relação à estatística pesqueira, A Sra. Mariana Botelho informou que estava em processo de negociação entre a Presidência da FIPERJ e a Prolagos, e aguardava um retorno dos mesmos. E no que diz respeito aos “guaiamumzeiros”, informou que o Plano de Gestão Local estava tramitando em Brasília, mas não tinha uma resposta oficial da situação atual. A Sra. Roberta Cruz, da Observação de Cabo Frio, corroborou com a fala da Sra. Mariana Botelho. O Sr. Francisco Guimarães prontificou-se a ajudar, no que fosse necessário, para agilizar o andamento do processo. E ressaltou a situação delicada dos pescadores, não licenciados, frente aos órgãos

fiscalizadores. A Sra. Roberta Cruz questionou se já estava em vigência o pedido do seguro do defeso, para os pescadores que possuíam, somente, o protocolo. O Sr. Francisco Guimarães explanou que o prazo era até o dia 08/10/2020. Entretanto, estavam discutindo a possibilidade de revogá-lo. Logo depois, sugeriu que fosse marcada uma data para a realização da oficina presencial. Devido às manifestações de alguns representantes que informaram que não poderiam participar de reuniões presenciais, em razão da pandemia, ficou decidido que a oficina aconteceria de forma mista, presencial e online, a ser realizada no dia 11/11/2020, na sede da Associação dos Pescadores Artesanais e Amigos da Praia da Pitória, em São Pedro da Aldeia, com início na parte da manhã. Continuando, o Sr. Francisco Guimarães propôs fazer a estatística pesqueira da lagoa, com o acordo de cooperação técnica entre a FIPERJ e as comunidades pesqueiras envolvidas. A Sra. Mariana Botelho exprimiu que poderiam conversar sobre o assunto, e questionou sobre o montante de cerca de R\$100.000,00 (cem mil reais) para o Monitoramento Estatístico Pesqueiro nas Lagoas de Araruama e Saquarema, que estava em processo de liberação, pelo CBHLSJ. O Sr. Francisco Guimarães comentou que estava parado, e que, provavelmente, seria liberado no ano que vem. A Sra. Mariana Botelho sugeriu marcar uma reunião com a coordenação técnica da FIPERJ, para discutir sobre o assunto. O Sr. Francisco Guimarães concordou com a proposta. Foi mencionado sobre a colocação dos representantes da ALA, sobre os impactos ambientais no Rio São João, em consequência dos lançamentos dos efluentes. E que tal corpo hídrico poderia ser contemplado, também, na proposta de estatística pesqueira. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Sr. Francisco Guimarães agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião.

Registro Fotográfico



Relator: Samara Miranda, revisado por Luís Fernando Faulstich.

Aprovada em: 23/11/2020

São Pedro da Aldeia, 23 de outubro de 2020.



Comitê das Bacias Hidrográficas das Lagoas de Araruama e Saquarema e dos Rios
São João e Una

E-mail: cbhlagossaojoao@gmail.com

FRANCISCO DA ROCHA GUIMARÃES NETO
Coordenador da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura
CBHLSJ